

Educação Superior Pública no Brasil: uma política de Estado?¹

Weber Tavares da Silva Junior^I

Maria Angélica Pedra Minhoto^{II}

Soraya Soubhi Smaili^{III}

^IInstituto Federal de Goiás (IFG), Goiânia/GO – Brasil

^{II}Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos/SP – Brasil

^{III}Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo/SP – Brasil

Resumo

Com o objetivo de avaliar o impacto que as mudanças na chefia do poder executivo federal têm sobre a política de financiamento da educação superior brasileira, o presente estudo analisou a variação do orçamento liquidado pelas Universidades Federais (UFs) brasileiras nos últimos seis ciclos de governo. A pesquisa parte do modelo de ciclo de políticas públicas e analisa o financiamento das UFs entre 2000-2023, e, empregando uma abordagem dedutiva, avaliou o impacto da alternância de governos sobre o orçamento da educação superior. Os dados evidenciaram o impacto das mudanças no poder executivo sobre o orçamento das UFs. Políticas educacionais possuem ciclos de implementação longos e complexos, e esta instabilidade orçamentária gera problemas de implementação que interditam a consecução dos objetivos estabelecidos. A redução orçamentária ocorrida entre 2019/2022 evidencia a necessidade de se construir um aparato normativo que proteja o orçamento das UFs, patrimônio do povo brasileiro.

Palavras-chave: **Financiamento da Educação. Universidades Federais. Ciclo de Políticas Públicas. SIOP.**

Public Higher Education in Brazil: a State policy?

Abstract

With the purpose of evaluating the impact that changes in the presidency of the republic have on the financing policy of Brazilian higher education, this study analyzed the variation in the budget by Brazilian federal universities (UFs) in the last six government cycles. The research is based on the public policy cycle model and analyzed the financing of UFs from 2000 to 2023. Using a deductive approach, it assessed the impact of government alternation on higher education funding. The data highlighted the impact that the change in the leadership of the presidency has on the budget of UFs. Educational public policies have long and complex implementation cycles, and this budgetary instability generates implementation problems that prevent the achievement of established objectives. The budget reduction that occurred between 2019/2022 highlights the need to build a regulatory apparatus capable of protecting the budgets of UFs, a patrimony of the Brazilian people.

Keywords: **Education Financing. Federal Universities. Public Policy Cycle. SIOP.**

¹ Colaboração das autorias: (1) argumento principal, coleta dos dados e análise quantitativa; (2) fundamentação teórica e análise qualitativa; (3) revisão geral e conclusão.

Educación Superior Pública en Brasil: ¿una política de Estado?

Resumen

Con el objetivo de evaluar el impacto que los cambios en el liderazgo del poder ejecutivo federal tienen en la política de financiamiento de la educación superior brasileña, este estudio analizó la variación en el presupuesto pagado por las universidades federales (UFs) brasileñas en los últimos seis ciclos de gobierno. La investigación se basa en el modelo de ciclo de políticas públicas y analizó la financiación de las UFs entre 2000 y 2023. Con un enfoque deductivo, evaluó el impacto de la alternancia de gobiernos en el presupuesto de la educación superior. Los datos recopilados resaltaron el impacto que tiene el cambio en el liderazgo del poder ejecutivo en el presupuesto de las UFs. Las políticas educativas tienen ciclos de implementación largos y complejos, y esta inestabilidad presupuestaria genera problemas de implementación. La reducción presupuestaria ocurrida entre 2019/2022 pone de relieve la necesidad de construir un aparato regulatorio capaz de proteger las UFs.

Palabras clave: **Financiamiento de la Educación. Universidades Federales. Ciclo de Políticas Públicas. SIOP.**

Introdução

No Brasil, a universidade é uma instituição recente. Os dados oficiais apontam que a primeira universidade pública federal foi criada no início do século XX por força do Decreto 14.343/1920. Não se pode comparar esse fenômeno tardio com o que ocorreu nos países do velho mundo, onde, por exemplo, a Universidade de Bolonha e a Universidade de Oxford existem, respectivamente, desde 1088 e 1096, ou com os Estados Unidos da América onde a Universidade de Harvard foi fundada em 1636, 140 anos antes da independência daquele país. Entretanto, chama atenção o fato de as colônias espanholas da América Latina possuírem 12 diferentes Universidades já no final do Século XVII (Bizerril, 2020), ao passo que os representantes do governo brasileiro só passaram a debater se o Estado deveria ou não investir na criação de universidades públicas federais no início do Século XX.

Se a fundação da primeira universidade federal brasileira data de 1920, dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostram que, em 1995, o Brasil tinha avançado pouco, contava com apenas 39 universidades federais em funcionamento, totalizando 353.235 matrículas de graduação, o que correspondia a 0,21% da população brasileira. Em 2022, o Brasil possuía 69 universidades federais, com 1.108.512 matrículas de graduação, o que correspondia a 0,55% da população. Observa-se, portanto, que a maior parte desta limitada oferta de vagas em universidades federais foi viabilizada nas últimas duas décadas.

Além de limitadas, as vagas em universidades federais estão concentradas nos grandes centros urbanos. Segundo o Inep, em 2022 foram registradas matrículas em cursos de graduação presenciais por universidades federais em apenas 284 dos 5.570 municípios brasileiros, uma cobertura territorial de 5,1%. Considerando os dados do Censo Populacional de 2022, tem-se que, nos 5.286 municípios sem oferta de vagas federais de Ensino Superior, residiam mais de 121 milhões de brasileiros, ou aproximadamente 60% da população brasileira.

Ainda que consideremos a oferta de vagas em cursos de graduação em todas as instituições de ensino superior (IES) brasileiras, independente da organização acadêmica ou dependência administrativa, os dados mostram que há um déficit de vagas. Em 2022, a taxa bruta de matrículas na graduação atingiu 77% da meta prevista na Lei 13.005/2014. Na comparação internacional, dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) demonstram que, enquanto nos países membros da OCDE 41% dos cidadãos adultos têm acesso à educação terciária, no Brasil este número não chega a 21% (OECD, 2023).

Os dados apresentados nesta breve introdução revelam que a oferta de educação superior no Brasil começou tarde, avançou pouco e de forma espasmódica. Como resultado, tem-se que, enquanto alguns países conseguem garantir o acesso ao ensino superior à parcela expressiva dos cidadãos interessados em cursar o nível terciário, o sistema federal de ensino brasileiro² ainda precisa ampliar sua oferta de vagas de graduação, seja para acompanhar os padrões internacionais, cumprir o que determinam as leis nacionais ou mesmo para honrar o que manifestaram intelectuais brasileiros há quase 100 anos: “reconhecendo a todo o indivíduo o direito de ser educado até onde permitam suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social” (Azevedo *et al.*, 1932, p. 4).

Conforme será debatido, tem-se que uma das dificuldades relacionadas à implementação de políticas públicas de expansão da educação superior, principalmente em se tratando de vagas públicas, tem relação com a dificuldade de se garantir a estabilidade do processo de implementação da política ao longo de vários anos. Determinadas políticas públicas, dentre elas as políticas educacionais, possuem um ciclo político administrativo longo e complexo. Por esse motivo, as políticas públicas educacionais precisam ser tratadas como políticas de Estado, já que não podem ser substituídas, ou profundamente alteradas, a cada mudança na chefia do poder executivo federal sob pena de inviabilizar a implementação adequada da política formulada.

O presente estudo desenvolveu um método de análise para permitir mensurar o esforço que diferentes governos dedicaram à política pública de educação superior, a partir da análise do orçamento liquidado pelas universidades federais. Conforme detalhado na seção que trata dos procedimentos metodológicos, este estudo analisou os dados orçamentários dessas instituições entre os anos 2000 e 2023.

O objetivo geral do estudo é, portanto, avaliar o impacto que as mudanças no poder executivo federal, típicas da democracia, têm sobre a política de expansão da educação superior brasileira.

O Brasil ainda é um país profundamente desigual, onde 1% da população tem renda superior a soma da renda dos 50% mais pobres da população (Medeiros, 2023). A experiência internacional deixa claro que um dos caminhos para a redução da desigualdade passa pela oferta educacional, entretanto dados do Inep mostram que apenas em 2022 mais de 2,3 milhões de estudantes concluíram a educação básica, mais de 87% deles em redes públicas de ensino. No mesmo ano, as instituições públicas de ensino superior ofereceram 736 mil

² Nos termos do Art. 2º do Decreto 9.235/2017, o sistema federal de ensino brasileiro compreende as instituições federais de ensino superior (IFES), bem como as IES criadas e mantidas pela iniciativa privada.

vagas para ingressantes³. Esta realidade aponta para um déficit bruto da ordem de 1,564 milhões de vagas a cada ano, déficit que se acumula em formato de estoque.

Em outro giro, o Brasil vive um momento histórico de profunda polarização, em que correntes reacionárias buscam confundir a opinião pública apresentando-se sob o manto do conservadorismo de Burke, mas em uma postura claramente reacionária elegem as universidades federais como inimigas da nação. Nesse cenário, estudos que tenham o objetivo de defender as instituições públicas de ensino superior são particularmente bem-vindos.

Em seu terceiro mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva é o 39º presidente da história do Brasil republicano desde 1889, um número que passa a impressão de termos uma democracia sólida dentro de um sistema republicano maduro, contudo uma análise mais aprofundada dos dados aponta em outra direção.

Nestes 135 anos da República Federativa do Brasil, registraram-se pelo menos cinco rupturas institucionais, a começar da própria Proclamação da República em 1889, que rompeu com a monarquia vigente. Nos anos seguintes, observamos os seguintes movimentos de incumprimentos normativos: 1930, com o movimento que derrubou o presidente Washington Luiz e impediu a posse do candidato eleito Júlio Prestes; 1961, quando João Goulart, vice do presidente Jânio Quadros se viu obrigado a aceitar o regime parlamentarista para poder assumir o cargo de presidente da república após a renúncia do titular; 1964, com o golpe militar que tirou João Goulart da presidência; 1969, com o impedimento da posse de Pedro Aleixo, vice do então presidente Costa e Silva, afastado do cargo em virtude de problemas de saúde (Vizeu, 2019).

Durante o período, ocorreram ainda dois processos de *impeachment*. O primeiro, em 1992, fez com que o presidente Fernando Collor de Melo renunciasse à presidência em 1992, o que não evitou a conclusão do processo de impedimento. O segundo, um processo mais político que jurídico (Martuscelli, 2020), retirou Dilma Rousseff da presidência em 2016. Em síntese, dos 36 ocupantes da presidência da república⁴ apenas 12 foram eleitos e passaram a faixa presidencial para um novo mandatário também eleito.

Se a construção de políticas de Estado, perenes por natureza e necessidade, já são um desafio quando a nação goza de um cenário democrático sem rupturas institucionais, no caso brasileiro, em que ao longo de 135 anos de república apenas um terço dos presidentes eleitos conseguiram passar a faixa presidencial para outro presidente eleito, essa tarefa se reveste de dificuldades ainda maiores. Como será visto adiante, tal instabilidade política tem particular impacto sobre as políticas educacionais, que precisam de tempo para concluir cada uma das etapas do ciclo político administrativo.

³ Considerando neste dado as vagas das Faculdades, Centros Universitários e Universidades públicas (federais, estaduais e municipais) segundo o Censo da Educação Superior 2022, além dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e Institutos Federais (IF) que tiveram dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp> (PNP ano Base 2022).

⁴ Getúlio Vargas (14º e 17º presidente), Ranieri Mazzilli (23º e 25º presidente) e Luiz Inácio Lula da Silva (35º e 39º presidente) contam de forma duplicada por ocuparem a presidência em mais de uma oportunidade não consecutiva.

Referencial Teórico

Para Howlett, Ramesh e Perl (2013), a construção de uma política pública demanda um ciclo político-administrativo de cinco estágios. Esse processo começa na chamada montagem da agenda, estágio em que uma questão que demanda preocupação da sociedade passa a ser interpretada como problema público e, por esse motivo, fica sujeito à ação estatal. Reconhecida a existência de um 'problema público', inicia-se a fase de formulação da política pública, quando são apresentadas e debatidas as diversas alternativas que possam ter impacto sobre o problema político identificado.

O terceiro estágio é a tomada de decisão política, quando alguma das opções formuladas no estágio anterior é aprovada por meio do processo político pertinente. Importante observar que esse processo de decisão, "[...] não é um exercício técnico, mas um processo inerentemente político" (Howlett; Ramesh; Perl, 2013, p. 157).

Definida a ação a ser realizada, seus objetivos políticos e seu curso, é necessário colocá-la em prática, elaborando detalhes operacionais e mobilizando recursos, estágio denominado como implementação da política pública. Essa etapa ganhou relevância quando se percebeu que políticas bem formuladas não atingiam seus objetivos em virtude dos problemas de implementação. Finalmente, o quinto e último estágio trata da avaliação da política pública, quando avaliam-se os impactos da política implementada, ante os objetivos pré-estabelecidos, identificando-se eventuais pontos de ajuste (Howlett; Ramesh; Perl, 2013).

Seguindo o modelo proposto, o ciclo político administrativo relacionado à implementação de uma Instituição de Educação Superior (IES) pública federal demanda mais de uma década de trabalho em profundo alinhamento de esforços entre o poder legislativo e diversos setores do poder executivo.

Em um plano rápido, para existir, uma IES pública federal precisa de um ato normativo que a crie. Uma vez criada, a instituição deve contar com cargos e funções definidos por lei ordinária, aprovada no Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República. Além disso, um conjunto de ações administrativas é essencial para seu funcionamento, desde a aprovação do estatuto até a preparação da infraestrutura física. Após essas etapas, um extenso conjunto de orientações pedagógicas precede o primeiro processo seletivo para o ingresso de estudantes. Com a matrícula dos primeiros alunos, é crucial acompanhar a consolidação dos cursos, e após a formação dos primeiros graduados, concluir a primeira etapa de avaliação da implementação da instituição.

Nosso argumento é que, entre a data em que a necessidade de criar uma universidade federal é incluída na agenda pública (1º Estágio) e o momento de avaliação da política pública implementada (5º Estágio), pelo menos três ciclos de governo terão transcorrido. Portanto, é fundamental garantir a estabilidade institucional necessária para que o projeto proposto não seja vulnerável às mudanças de governo. Quando isso não ocorre, problemas de implementação podem surgir, comprometendo a consecução dos objetivos estabelecidos e, conseqüentemente, condenando a política pública.

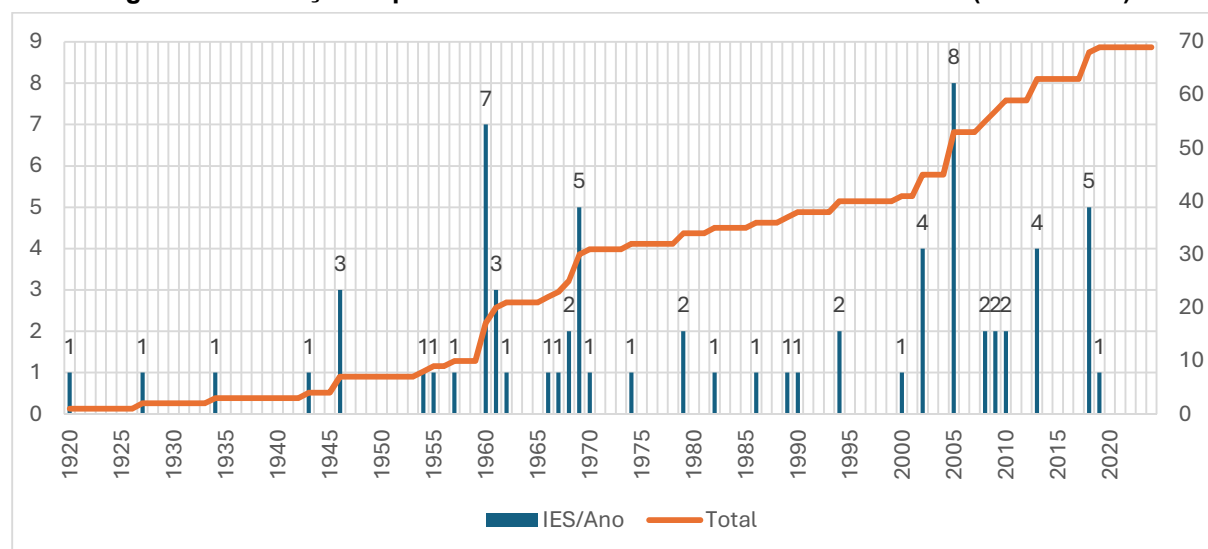
Essa situação evidencia o problema que pode ser gerado a partir da ruptura entre 'Políticas de Estado' e 'Políticas de Governo', principalmente no caso de demandas públicas que exigem estabilidade. Nesse contexto, em que 'Estado' pode ser conceituado como um conjunto de instituições duradouras que viabilizam as operações do 'Governo', que, por sua

vez, representa um conjunto de programas e projetos postos em ação considerando determinada orientação política (Höfling, 2001), as 'Políticas de Estado' devem ser posicionadas em um nível superior às 'Políticas de Governo', já que representam orientações estatais que não devem ser substituídas ou alteradas a cada mudança de governo (Calderón; Poltronieri; Borges, 2011).

Atualmente, o Brasil possui 69 universidades federais, sendo que aproximadamente metade delas foi criada entre os anos 2000 e 2019. Dentre as criadas nas últimas duas décadas, 72% foram estabelecidas a partir de instituições de ensino já existentes, seja pela transformação de faculdades em universidades federais, seja pelo desmembramento de universidades federais já existentes. Nesse sentido, é importante registrar que a última universidade federal brasileira criada sem o emprego de unidades acadêmicas já existentes ocorreu em 2013, durante o governo Dilma Rousseff (SoU_CIÊNCIA, 2023b)

A Figura 1 apresenta o ano em que cada uma das 69 universidades brasileiras foi criada, bem como a quantidade de instituições criadas/existentes em cada período.

Figura 1 – Evolução a quantidade de universidades federais – Brasil (1920 - 2023)



Fonte: Elaborada pelos autores.

Conforme apresentado, este estudo busca avaliar o impacto das mudanças no governo central sobre a política pública de expansão da educação superior brasileira a partir da análise da evolução orçamentária das universidades federais. Para realizar o levantamento orçamentário, foram obtidos dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) segregados a partir do Grupo Natureza de Despesa (GND), um marcador orçamentário agregador de elementos de despesa que possuem as mesmas características quanto ao objeto de gasto (Brasil, 2024).

O Manual Técnico do Orçamento 2024 (MTO), elaborado pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), estabeleceu sete diferentes GND, a saber (Brasil, 2024):

- GND1 Pessoal e Encargos Sociais (PES) – Despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, considerando todas as espécies remuneratórias, inclusive encargos sociais e contribuições previdenciárias;

- GND2 Juros e Encargos da Dívida – Despesas orçamentárias com quaisquer tipos de encargos relativos a operações de crédito, incluindo a dívida pública mobiliária;
- GND3 Outra Despesas Correntes (ODC) – Despesas orçamentárias devidas à aquisição de materiais (bens/serviços) para consumo, pagamento de diárias e auxílios, e outras despesas correntes não classificáveis nas outras GND;
- GND4 Investimentos (INV) – Despesas orçamentárias com a realização de obras, e aquisição de instalações, equipamentos, *softwares* e material permanente;
- GND5 Inversões Financeiras – Despesas orçamentárias relacionadas à aquisição de imóveis ou outros bens permanentes já em utilização, além de outras despesas classificáveis neste grupo;
- GND6 Amortização da Dívida – Despesas orçamentárias relativas ao pagamento ou refinanciamento de dívidas;
- GND9 Reserva de Contingência – Fonte de recursos que pode ser empregada para a abertura de créditos adicionais.

Conforme será detalhado na seção dedicada à metodologia empregada, o presente estudo analisou as despesas liquidadas pelas 69 universidades federais entre os anos 2000 e 2023 nas Grandes Naturezas de Despesa (GND) 1, 3 e 4, que correspondem a 99,96% de todo o orçamento liquidado pelas instituições no período.

No que diz respeito à despesa pública, é importante esclarecer que a Lei 4.320/1964 estabelece sua execução em três diferentes estágios. O primeiro estágio é o empenho, onde a autoridade competente, considerando os limites orçamentários, cria uma obrigação de pagamento a partir de uma determinada contrapartida a ser entregue pelo fornecedor. O segundo estágio é a liquidação, etapa em que o fornecedor faz a entrega do bem ou serviço contratado nos termos estabelecidos no empenho. Nessa fase, o representante do poder público fiscaliza a entrega e, se julgado conforme, atesta que o fornecedor, credor do empenho, cumpriu as obrigações estabelecidas. Finalmente, o terceiro e último estágio é o pagamento, quando, considerando que a despesa foi liquidada, o representante do poder público efetua a transferência de numerário pactuada no empenho, extinguindo o débito junto ao fornecedor. Para a execução do empenho, é necessário possuir 'limite orçamentário' ou capacidade orçamentária. Para a execução do pagamento, é preciso ter recurso disponível, ou 'financeiro'.

Procedimentos Metodológicos

Esta seção apresenta os procedimentos de método que orientam o presente estudo. Embora ancorado em uma dimensão objetiva da ciência social, com ontologia realista, epistemologia positivista e metodologia nomotética, considerando os conceitos apresentados por Burrell e Morgan (2017), há uma intenção interpretativista (Saunders; Lewis; Thornill, 2009) no modelo filosófico empregado pelos pesquisadores posto que, em última análise, a partir dos achados da pesquisa pretende-se interferir no fenômeno.

O objetivo geral do estudo é avaliar o impacto das mudanças no poder executivo federal sobre a política de expansão da educação superior no Brasil. Para alcançar esse objetivo, os pesquisadores empregaram uma abordagem dedutiva.

Trata-se de um estudo exploratório que utiliza as estratégias de *survey* e pesquisa documental, conforme apresentado por Saunders, Lewis e Thornhill (2009). O estudo segue uma abordagem sequencial exploratória de duas fases, iniciando com a coleta de dados quantitativos para a elaboração de análises qualitativas (Creswell; Creswell, 2021).

O estudo utiliza dados do orçamento liquidado das universidades federais brasileiras no período de 2000 a 2023. A escolha pelo orçamento liquidado, em vez dos outros estágios das despesas públicas, foi motivada pelas características da liquidação orçamentária, que representa a disponibilização do bem ou serviço ao ente público e não sofre impactos da eventual inexistência de recursos financeiros.

A escolha do período de 2000 a 2023 foi influenciada pelas mudanças nas bases de dados orçamentários do governo central nas últimas décadas, além da necessidade de trabalhar com uma única fonte de dados oficiais para garantir a robustez metodológica. Assim, o estudo emprega dados orçamentários disponibilizados pelo Sistema Integrado de Orçamento e Finanças Públicas (Siop), presentes no painel do orçamento das universidades federais (SoU_Ciência, 2022), elaborado pelo Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Esse painel categoriza o orçamento a partir do Grupo Natureza de Despesa (GND).

O estudo analisa os gastos das universidades federais nas GND 1 (Pessoal e Encargos Sociais - PES), GND 3 (Outras Despesas Correntes - OCD) e GND 4 (Investimentos - INV), que correspondem a 99,96% de todo o orçamento liquidado pelas instituições entre os anos 2000 e 2023. O restante (0,04%), liquidado na GND 5 (Inversões Financeiras), foi concentrado principalmente no ano de 2016 e não foi incluído na análise.

Seguindo a forma de apresentação dos dados do painel do orçamento das universidades federais (SoU_Ciência, 2022), que utiliza a classificação por GND, o presente estudo também está segregado em quatro diferentes grupos.

O grupo 1 apresenta as despesas com pessoal e encargos sociais (GND1), excetuando-se as despesas relativas ao pagamento de aposentadorias e pensões consignadas nas Ações Orçamentárias (AO) 0181 e 0182. A opção por excluir da análise o pagamento das aposentadorias e pensões aos servidores das universidades federais se deve ao fato de que a União já efetua a contribuição com a previdência dos servidores por meio da AO 09HB. Portanto, manter as ações relacionadas ao pagamento das aposentadorias e pensões incluiria na despesa das universidades federais um gasto que pertence ao regime próprio de previdência e não às instituições avaliadas.

O grupo 2 apresenta todas as despesas de manutenção e funcionamento (GND3), excetuando-se as consignadas às AO de assistência estudantil (4002 e 2994). Em virtude de sua importância para que as universidades federais atinjam seus objetivos sociais, as ações relacionadas à assistência estudantil foram segregadas e compõem o grupo 3 de análise. Finalmente, o grupo 4 inclui todas as despesas liquidadas com ações de investimento em infraestrutura e patrimônio (GND4).

Considerando o objetivo proposto, os dados orçamentários foram analisados de forma longitudinal, levando em conta o período de governo de cada um dos chefes do poder executivo em exercício, entre os anos de 2000 e 2023, conforme apresentado no Quadro 1:

Quadro 1 – Períodos Governamentais de diferentes chefes do poder executivo (2000 a 2023)⁵

1	2	3	4	5	6
2000 -2002	2003-2010	2011-2015	2016 ⁶ -2018	2019-2022	2023
FHC2	Lula1/2	Dilma1/2	Temer	Bolsonaro	Lula3

Fonte: Elaborado pelos autores.

Importa salientar que todos os valores apresentados neste artigo foram corrigidos considerando o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC). O IPCA é considerado pelo estado brasileiro o índice oficial de inflação e referência para a verificação do atingimento das metas estabelecidas pelo governo.

A correção inflacionária dos dados orçamentários foi realizada a partir da metodologia elaborada pelo Prof. Nelson Cardoso do Amaral, da Universidade Federal de Goiás, composta pelos seguintes passos:

- 1) Empregando como referência o mês de dezembro de 1993, que arbitrariamente recebeu ‘número índice’ igual a 100 no modelo empregado pelo IBGE, é realizado o cálculo do ‘número índice mensal’, a partir de janeiro de 1994. Para realizar esse cálculo aplica-se a inflação medida pelo IPCA do mês em análise sobre o ‘número índice’ do mês anterior.
- 2) Considerando que o orçamento das universidades federais não é uniformemente distribuído no tempo, é calculado o ‘número índice anual’ a partir da média aritmética dos índices mensais dentro de cada ano.
- 3) A partir do ‘número índice anual’ é possível calcular o multiplicador que será empregado para atualizar os dados de toda a série histórica. A título de exemplo, o multiplicador que atualiza os dados orçamentários do ano 2000 para 2024 é calculado empregando-se a seguinte equação:

$$\frac{6.821,6714 \text{ (índice jan 2024)}}{1.636,0983 \text{ (índice anual 2000)}} = 4,169475173 \quad (1)$$

- 4) Desse modo, é possível atualizar todos os valores para janeiro de 2024. Tal método garante a atualização inflacionária de todos os dados orçamentários empregados no estudo.

Apresentados os procedimentos metodológicos empregados neste estudo, as próximas seções dedicam-se a expor os resultados obtidos, considerando o objetivo geral de avaliar o impacto que as mudanças no governo central, típicas da democracia, têm sobre a política de expansão da educação superior brasileira.

⁵ Relação dos presidentes da república no período observado: FHC-Presidente Fernando Henrique Cardoso; Lula-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; Dilma-Presidenta Dilma Vana Rousseff; Temer-Presidente Michel Miguel Elias Temer Lulia; Bolsonaro-Presidente Jair Messias Bolsonaro

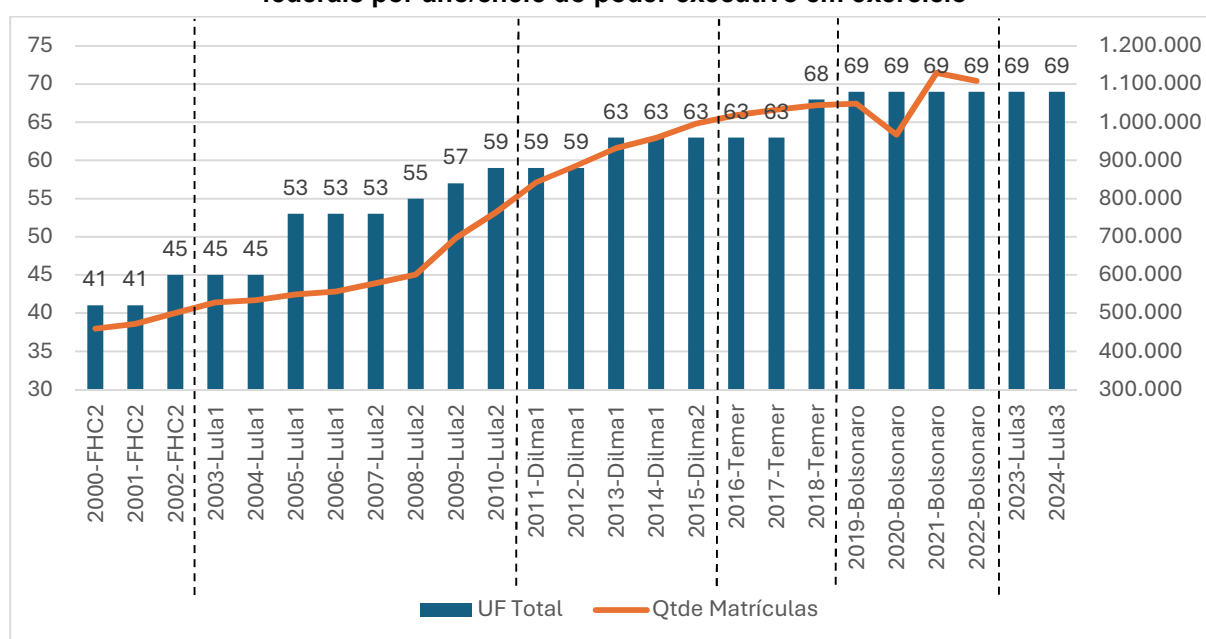
⁶ Para manter o recorte com periodicidade anual, o presente estudo classificou os dados do ano 2016 como governo Temer, que efetivamente começou em 31/08/2016, quando o Senado Federal cassou o mandato da Presidenta Dilma Rousseff. Entretanto, a Presidenta Dilma foi afastada em 15/05/2016, quando o Senado Federal autorizou a abertura do processo de impedimento.

Resultados e Discussão

Antes de analisarmos o orçamento, faz-se necessário apresentar a evolução da oferta de matrículas pelas universidades federais brasileiras no período observado. O estudo parte da premissa de que há uma correlação positiva e significativa entre o volume de matrículas presenciais nos cursos de graduação e as despesas gerais das universidades federais.

A Figura 2 mostra a evolução da quantidade de matrículas em cursos presenciais e a quantidade de universidades federais em funcionamento por ano, além de identificar o chefe do poder executivo em exercício em cada período analisado.

Figura 2 – Evolução das matrículas em cursos presenciais e quantidade de universidades federais por ano/chefe do poder executivo em exercício



* Os dados relacionados à quantidade de matrículas de graduação presenciais para os anos de 2023 e 2024 não haviam sido disponibilizadas pelo Inep/MEC quando da elaboração do estudo.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do Censo da Educação Superior INEP/MEC.

Os dados apontam uma elevação expressiva na quantidade de matrículas entre os anos de 2008 (2º ano do governo Lula/2) e 2019 (1º ano do governo Bolsonaro). Em relação às instituições, é possível notar que o maior crescimento ocorreu entre 2005 (2º ano do governo Lula/1) e 2013 (3º ano do governo Dilma/1). Essa expansão está relacionada aos efeitos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni (Decreto nº 6.096/ 2007) e do investimento realizado por meio da Ação Orçamentária 8282 (reestruturação e modernização das instituições federais de ensino superior), que fomentou a execução de planos apresentados pelas instituições que buscavam ampliar a oferta de cursos e vagas além de reduzir a evasão escolar.

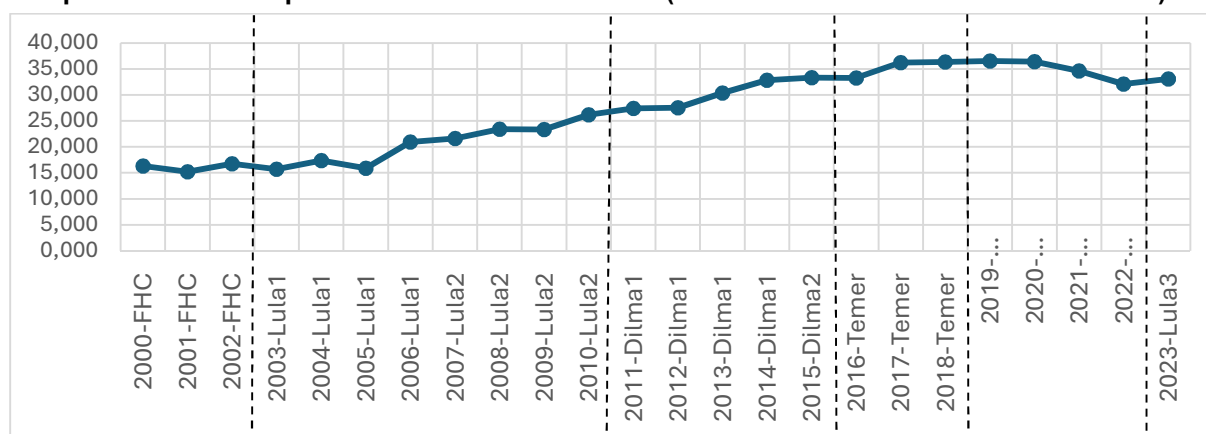
A expansão trouxe desafios importantes para as universidades federais, entre os quais destaca-se a necessidade de se construir um modelo estável de financiamento para a sua consolidação, manutenção e desenvolvimento.

A evolução das despesas liquidadas pelas universidades federais brasileiras, objeto de análise deste estudo, serão apresentadas considerando os quatro grupos apresentados na seção anterior.

Grupo 1 - Despesas com pessoal e encargos sociais excetuando-se as despesas relativas ao pagamento de aposentadorias e pensões consignadas nas ações orçamentárias (AO) 0181 e 0182

A Figura 3 apresenta a evolução das despesas com pessoal e encargos sociais.

Figura 3 – Evolução das despesas com pessoal e encargos sociais das universidades federais por ano/chefe do poder executivo em exercício (dados financeiros em bilhões de reais)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados disseminados pelo Painel de Financiamento da Ciência & Tecnologia e das Universidades Federais⁷.

A evolução dos gastos liquidados com pessoal ativo nas universidades federais apresenta os seguintes movimentos: estabilidade durante o governo FHC; estabilidade durante a primeira parte do governo Lula/1, seguida de forte expansão durante o restante dos governos Lula/1 e Lula/2; manutenção da expansão nos valores liquidados, ainda que com menos intensidade durante os governos Dilma/1 e Dilma/2; manutenção da expansão no início do governo Temer seguida de estabilidade após a promulgação da Emenda Constitucional nº 95/2016, no segundo ano daquele governo; estabilidade durante o início do governo Bolsonaro, seguida de forte retração nos valores liquidados e retomada do crescimento dos valores liquidados no início do governo Lula/3.

A seguir, apresenta-se o quadro síntese com a variação percentual no período, a evolução anual e a média anual comparada ao ano base:

Quadro 2 – Síntese do Pessoal Ativo

Chefe Executivo	FHC/2	Lula1/2	Dilma1/2	Temer	Bolsonaro	Lula3
Evolução no período	2,53%	56,55%	27,25%	9,04%	(-11,61%)	3,01%
Evolução anual ⁸	1,26%	5,76%	4,94%	2,93%	(-3,04%)	3,01%
Média anual x Base ⁹	-	2,62%	2,97%	1,93%	(-0,99%)	3,01%

Fonte: Elaborado pelos autores.

⁷ O painel é elaborado pelo SoU_Ciência/UNIFESP, a partir de dados do SIOP e está disponível em: <https://souciencia.unifesp.br/fctesp>. Acesso em: 11 jul. 2024.

⁸ A 'Evolução anual' é calculada a partir da comparação do valor liquidado no último ano do período observado em relação ao último ano do governo anterior (linha de base). A partir deste valor calcula-se a 'média anual exponencial' considerando o tempo, em anos, do período observado.

⁹ A "Média anual x Base" foi calculada de forma semelhante à "evolução anual", mas considerando a média simples dos valores anuais liquidados em cada período de governo em substituição ao dado do último ano.

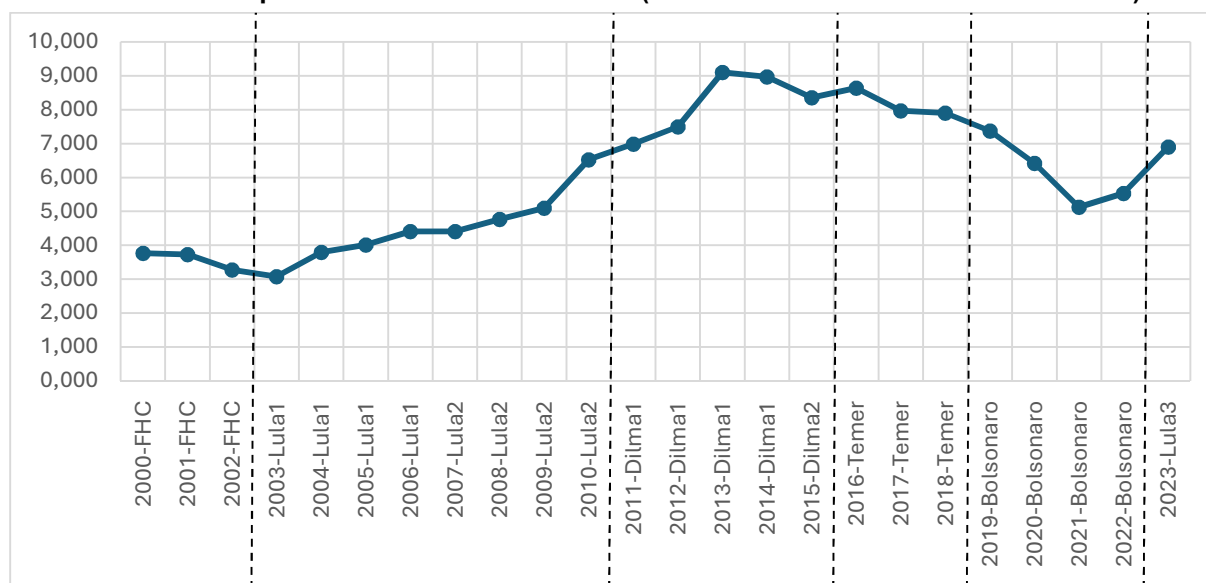
A expansão dos valores liquidados entre os 2005 e 2016 é reflexo da expansão da quantidade de universidades federais, aliada a uma valorização dos servidores públicos ocorrida a partir do fim do governo Lula/1, até o fim do governo Dilma/2.

Por outro lado, a estabilidade dos gastos durante o governo Temer e a queda nos valores liquidados durante o governo Bolsonaro, considerando a correção pela inflação, indicam que houve arrocho salarial, no período, e que as seis universidades públicas criadas entre 2017 e 2019, todas a partir do desmembramento de instituições existentes, não ampliaram significativamente a quantidade de servidores, o que, em alguma medida, dificulta a expansão de matrículas e dos demais serviços por elas prestados. Outra variável com impacto sobre a redução dos recursos liquidados na rubrica pessoal é a terceirização de mão de obra, que transfere os custos do Grupo 1 (Pessoal) para o Grupo 3 (OCD).

Grupo 2 – Despesas de manutenção e funcionamento (GND3), excetuando as consignadas às AO de assistência estudantil (4002 e 2994)

A figura 4 apresenta a evolução das Outras Despesas Correntes (ODC).

Figura 4 – Evolução das Outras Despesas Correntes (ODC) das universidades federais por ano/chefe do poder executivo em exercício (dados financeiros em bilhões de reais)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados disseminados pelo Painel de Financiamento da Ciência & Tecnologia e das Universidades Federais.

A Figura 4 evidencia os seguintes movimentos orçamentários: retração nos gastos com ODC dos durante o governo FHC; forte elevação durante os governos Lula/1 e Lula/2, com destaque para o último ano do governo Lula/2; manutenção do crescimento nos valores liquidados durante o governo Dilma/1 e retração no governo Dilma/2; retração durante o governo Temer; agravamento da retração durante o início do governo Bolsonaro, com inversão da curva no último ano do governo e retomada do crescimento dos valores liquidados no início do governo Lula/3.

A seguir, apresenta-se o quadro síntese de ODC com a variação percentual no período, a evolução anual e a média anual comparada ao ano base.

Quadro 3 – Síntese de Outras Despesas Correntes

Chefe Executivo	FHC/2	Lula1/2	Dilma1/2	Temer	Bolsonaro	Lula3
Evolução no período	(-13,09%)	99,13%	28,09%	(-5,39%)	(-29,98%)	24,73%
Evolução anual	(-6,77%)	8,99%	5,08%	(-1,83%)	(-8,52%)	24,73%
Média anual x Base	-	4,08%	4,64%	(-0,74%)	(-6,22%)	24,73%

Fonte: Elaborado pelos autores.

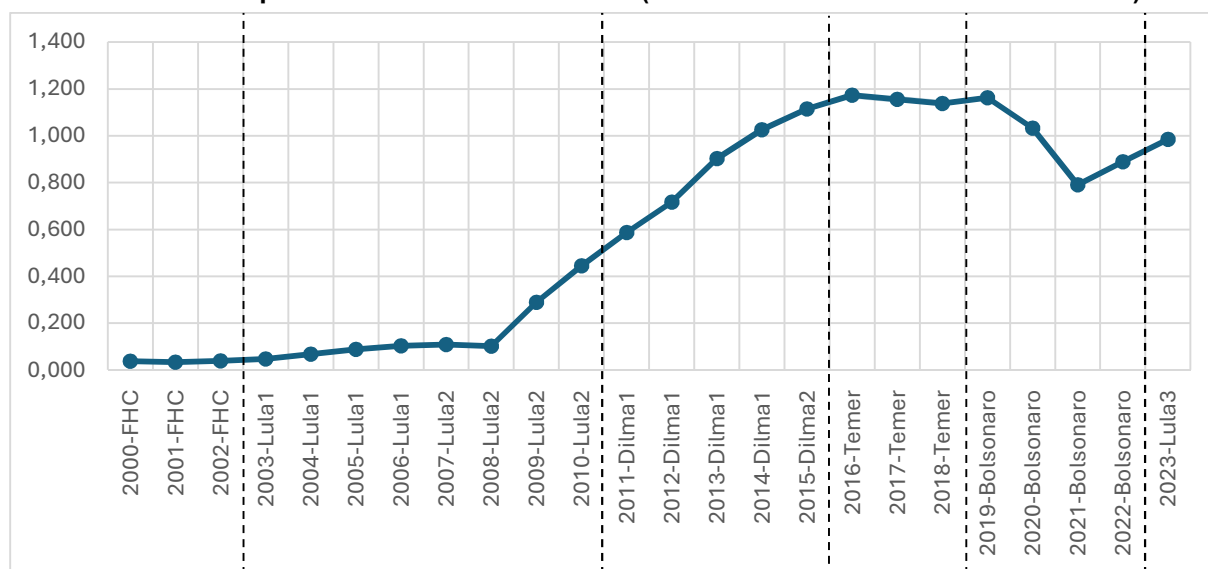
Considerando que os gastos com ODC destinam-se às despesas de funcionamento das instituições, como por exemplo a aquisição de materiais (bens/serviços) para consumo, pagamento de diárias e auxílios, e outras despesas correntes, é possível imaginar que o crescimento do volume de matrículas tem impacto direto sobre essa rubrica orçamentária. Entretanto, os dados apontam que, em 2019, quando as 69 universidades federais possuíam mais de um milhão de matrículas em cursos de graduação presencial, o valor liquidado foi inferior ao observado em 2012, quando as 59 instituições existentes possuíam 886 mil matrículas.

Essa restrição orçamentária, ocorrida logo no início do governo Bolsonaro, gerou protestos e paralisações em diversas universidades e institutos federais em mais de 200 cidades de todo o Brasil (Grupo Globo, 2019).

Grupo 3 – Assistência Estudantil

A Figura 5 apresenta a evolução das despesas com Assistência Estudantil.

Figura 5 – Evolução das despesas com assistência estudantil das universidades federais por ano/chefe do poder executivo em exercício (dados financeiros em bilhões de reais)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados disseminados pelo Painel de Financiamento da Ciência & Tecnologia e das Universidades Federais.

Observam-se os seguintes movimentos na curva de dados da série histórica sobre os valores liquidados com as ações de Assistência Estudantil: estabilidade em níveis muito baixos durante o governo FHC; leve crescimento durante o governo Lula/1 e forte crescimento a partir da segunda metade de Lula/2, quando da instituição do PNAES em 2007; forte expansão nos valores liquidados durante os governos Dilma/1 e Dilma/2; estabilidade com leve queda durante o governo Temer; forte retração durante os três primeiros anos do governo

Bolsonaro, com inversão da curva no último ano do governo; e forte retomada do crescimento dos valores liquidados no início do governo Lula/3.

Segue o quadro síntese de Assistência Estudantil com a variação percentual no período, a evolução anual e a média anual comparada ao ano base.

Quadro 4 – Síntese de Assistência Estudantil

Chefe Executivo	FHC/2	Lula1/2	Dilma1/2	Temer	Bolsonaro	Lula3
Evolução no período	3,00%	1061,7%	150,04%	2,19%	(-21,87%)	10,64%
Evolução anual	1,49%	35,87%	20,12%	0,73%	(-5,98%)	10,64%
Média anual x Base	-	19,19%	14,30%	1,24%	(-3,96%)	10,64%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados apontam que a política de assistência estudantil no Brasil começa, efetivamente, com a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 2008. Assim como ocorre no caso das ODC, uma ampliação no volume de matrículas tende a impactar o volume de gastos com assistência estudantil. Entretanto, no caso em análise, observa-se um crescimento dos recursos de assistência estudantil por matrícula entre 2008 e 2016, mas, a partir de 2016 (governo Temer), até o penúltimo ano do governo Bolsonaro (2021), observa-se uma inversão da tendência e as universidades passam a liquidar valores por matrícula inferiores ao observado em 2011.

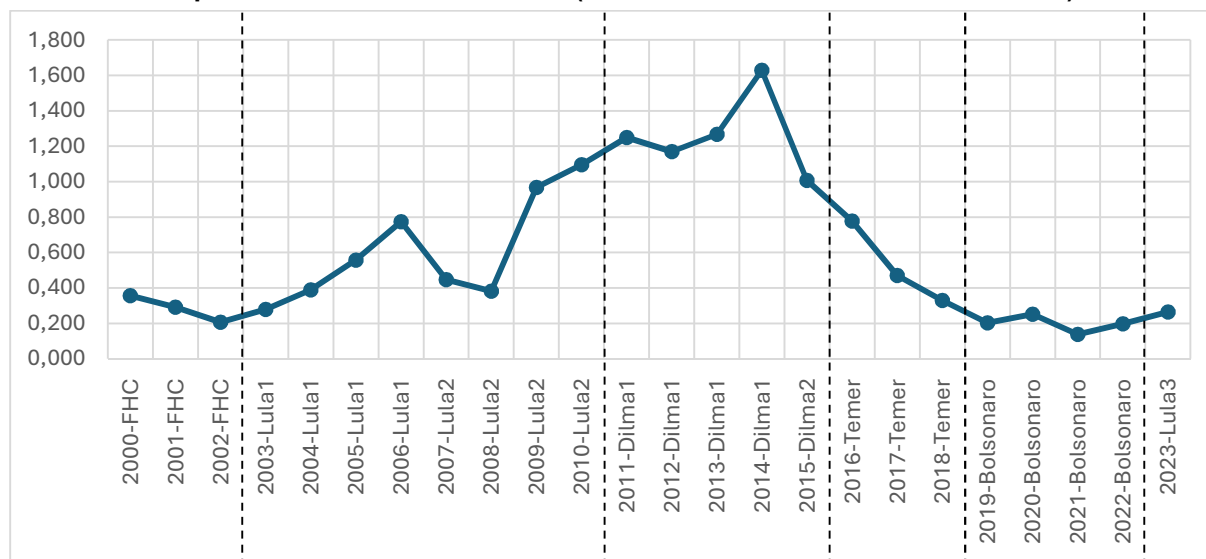
É importante registrar que, com a entrada em vigor da Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas), estabelecendo a reserva de 50% das vagas de ingresso nos cursos de graduação das instituições federais de educação superior para estudantes que tivessem cursado o ensino médio integralmente em escola pública, ocorre uma mudança no perfil dos estudantes das universidades federais. Em 2010, antes da 'Lei de Cotas', 43,7% dos estudantes eram oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos per capita (SM PcP). Em 2014 esse número salta para 66,2% e, em 2018, para 70,2% (SoU_Ciência, 2023a).

Nota-se, portanto, uma eficiente política de acesso, que, porém, para ser efetiva, precisa garantir condições de permanência ao seu público-alvo. Entretanto, a partir de 2016, com forte agravamento a partir de 2019, os dados apontam que a política de assistência estudantil foi profundamente desidratada.

Grupo 4 - Despesas liquidadas com ações de investimento (Infraestrutura e patrimônio)

A Figura 6 apresenta a evolução das despesas em investimento.

Figura 6 – Evolução das despesas com investimento das universidades federais por ano/chefe do poder executivo em exercício (dados financeiros em bilhões de reais)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados disseminados pelo Painel de Financiamento da Ciência & Tecnologia e das Universidades Federais.

Ao analisar a série histórica de valores liquidados com ações de investimento, é possível identificar os seguintes movimentos na curva de dados: redução dos investimentos durante o governo FHC, apesar do crescimento do número de instituições; forte crescimento durante o governo Lula/1, com retração durante a primeira metade de Lula/2 e forte recuperação no fim do governo Lula/2, quando da instituição do Reuni; expansão nos valores liquidados durante os governos Dilma/1 e forte retração no governo Dilma/2; queda muito expressiva durante o governo Temer; estabilidade com leve queda durante o governo Bolsonaro; retomada do crescimento dos valores liquidados no fim do governo Bolsonaro e início do governo Lula/3.

A seguir, apresenta-se o quadro síntese de investimentos com a variação percentual no período, a evolução anual e a média anual comparada ao ano base.

Quadro 5 – Síntese de Investimentos

Chefe Executivo	FHC/2	Lula1/2	Dilma1/2	Temer	Bolsonaro	Lula3
Evolução no período	(-42,36%)	432,87%	(-8,21%)	(-67,34%)	(-40,00%)	34,13%
Evolução anual	(-24,08%)	23,26%	(-1,70%)	(-31,13%)	(-11,99%)	34,13%
Média anual x Base	-	14,59%	2,9%	(-19,46%)	(-11,95%)	34,13%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os valores aplicados em ações de investimento guardam natural relação com a criação, expansão e a consolidação das instituições. Essa correlação ajuda a explicar as inversões de tendência e as fortes ampliações no volume de recursos liquidados em 2003, 2009 e 2014.

Outra variável com forte impacto sobre a série histórica de investimento é o Reuni, implementado durante o governo Lula/2, por força do Decreto nº 6.096/2007, com efeitos concretos entre 2009 e 2011. Dentre as metas estabelecidas pelo Reuni, havia a previsão de

elevação da taxa de conclusão dos cursos presenciais de graduação aproveitando os recursos já existentes nas universidades. O Decreto definiu ainda as seguintes diretrizes: reduzir as taxas de evasão; ocupar vagas ociosas; aumentar vagas de ingresso; ampliar políticas de inclusão e assistência estudantil; articular a graduação com a pós-graduação e a Educação Superior com a Educação Básica; entre outras.

Conforme já debatido, após o Reuni, a expansão das universidades federais foi reforçada por meio da AO 8282 entre 2012 e 2014. Entretanto, após o último ano do governo Dilma/2, com forte agravamento durante todo o governo Temer (2016/2018) e o governo Bolsonaro (2019/2022), observou-se uma forte retração nos recursos de investimento à disposição das instituições. Em 2022, último ano do governo Bolsonaro, as 69 universidades federais liquidaram 88% menos recursos de investimento que o observado em 2014, último ano do governo Dilma/1, e 45% menos recursos de investimento que as 41 instituições existentes em 2000, no início da série histórica utilizada neste estudo.

Embora ainda existam opiniões contrárias à expansão das universidades federais, os dados apontam que o Brasil ainda está distante da oferta adequada em termos de quantidade de vagas e localidades atendidas. Entre os países membros da OCDE, 40% dos adultos concluíram a chamada educação superior, ao passo que, no Brasil, esse índice é de 21%, inferior aos 25% observados na Argentina, por exemplo (OECD, 2023). Segundo dados do Inep/MEC, em 2022, as universidades federais brasileiras ofertaram aproximadamente 400 mil vagas de ingresso para as quais 2,253 milhões de candidatos concorreram. Isso indica que, somente em 2022, mais de 1,853 milhões de estudantes brasileiros não acessaram o ensino superior em uma universidade federal por falta de vagas.

Buscando apresentar uma síntese, o quadro 6 mostra a diferença entre a média anual e o valor base para cada um dos quatro grupos de despesas das universidades federais durante os diferentes períodos de governo considerados no presente estudo.

Quadro 6 – Média da evolução anual do percentual de recursos liquidados para cada grupo

Chefe Executivo	Pessoal Ativo	Outras Despesas Correntes	Assistência Estudantil	Investimento
Lula1/2	2,62%	4,08%	19,19%	14,59%
Dilma1/2	2,97%	4,64%	14,3%	2,9%
Temer	1,93%	(-0,74%)	1,24%	(-19,46%)
Bolsonaro	(-0,99%)	(-6,22%)	(-3,96%)	(-11,95%)
Lula3	3,10%	24,73%	10,64%	31,13%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados orçamentários do período 2000-2023 permitem observar o impacto que as mudanças no Poder Executivo têm sobre o orçamento das universidades federais, deixando claro tratar-se de uma política de alguns governos, mas não uma política de Estado. As variações demonstram, também, a fragilidade dos marcos normativos vigentes, incapazes de garantir ou proteger o orçamento das universidades federais. Dessa forma, essas instituições ficam à mercê dos governantes, que conseguem alterar profundamente sua capacidade administrativa.

Em síntese, os governos Lula/1 e Lula/2 ampliaram significativamente o alcance das universidades federais brasileiras, movimento que foi continuado, embora com menos intensidade, nos governos Dilma/1 e Dilma/2. A partir do governo Temer, é possível observar

uma expressiva retração nos investimentos, mas foi no governo Bolsonaro que os dados mostram o quanto a política pública é vulnerável. Em todos os grupos de despesa houve grande redução dos recursos liquidados durante o governo Bolsonaro e, considerando valores corrigidos, as instituições tiveram que funcionar com orçamento similar ao observado há mais de dez anos, mesmo tendo ampliado consideravelmente o número de matrículas no período.

Em 2023, o governo Lula/3 sinalizou a retomada dos valores orçamentários destinados às universidades federais brasileiras, entretanto, considerando a fragilidade da Linha de Base (governo Bolsonaro), o tamanho da série observada (apenas 2023) e o orçamento de 2024, muito comprometido com os ajustes fiscais e pouco preocupado com as universidades federais, ainda é cedo para afirmar concretamente qualquer reedição de sucesso, em termos de expansão de vagas e de recursos, como ocorreu durante os governos Lula/1 e Lula/2.

Considerações finais

Ao passo que diversas pesquisas comprovam o impacto do investimento em universidades sobre o desenvolvimento econômico e social de um país (Fernandes, 2017; Petrenko, 2022; Semenova *et al.*, 2023; Vodenko, 2020), o Brasil insiste em não consolidar um conjunto de normas para garantir e proteger o orçamento de suas Instituições Federais de Educação Superior. O vazio normativo faz com que as universidades federais fiquem à mercê das convicções ideológicas do grupo político que ocupa o Palácio do Planalto a cada quatro anos.

A importância de se construir um marco normativo que ampare as universidades federais, assim como ocorre em outras políticas de Estado, distingue-se na análise dos dados a seguir, que compraram os valores liquidados no último ano do governo Bolsonaro (2022) com o pico da série histórica para cada um dos grupos de despesas analisados. Os dados evidenciam o desmonte que pode ser realizado por um único governo no curto período de quatro anos:

- redução de -11,41% nos gastos com Pessoal Ativo;
- redução de -24,21% nos gastos com Assistência Estudantil;
- redução de -39,22% nos gastos com ODC; e
- redução de -87,9% nos gastos com Investimento.

É sempre bom lembrar que embora este estudo tenha mensurado o crescimento das universidades federais brasileiras a partir de suas atividades de ensino (disponibilidade de vagas em cursos de graduação presenciais), essas instituições entregam ao povo brasileiro uma miríade de outros de serviços. Milhares de brasileiros são atendidos diariamente nas diversas ações de extensão (serviço social, conhecimento, cultura, esporte e lazer) realizadas por estas instituições, que também são responsáveis pela maior parte das pesquisas feitas no Brasil, posto que, entre os 20 maiores depositantes de patentes de invenção junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) em 2023, 15 eram universidades públicas.

Por fim, registre-se que, no dia 21/05/2024, um jornal de circulação nacional publicou um editorial controverso, ancorado em um conjunto de dados distorcidos, em que critica as universidades federais, afirmando tratar-se de um “... *modelo custoso, de baixo incentivo à eficiência e socialmente injusto*...”. Infelizmente, no Brasil, o que deveria ser um consenso é um conceito em disputa, e, motivado por razões pouco republicanas, há uma corrente de

pensamento que defende o fim das universidades federais nas bases em que estão constituídas.

A defesa das universidades federais, como política de Estado e patrimônio do povo brasileiro, está baseada em fatos e precisa resistir à crescente onda de desinformação. Como afirmou o Prof. Sérgio Amadeu da Silveira, em um dos painéis preparatórios para a V Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, intitulado *Percepção Pública da Ciência: Sociedade Fala e a importância da escuta para a proposição de Políticas Públicas*¹⁰, a desinformação contemporânea é uma estratégia com elementos articulados e carregados de intencionalidade que aposta na criação de um processo de descrença nos fatos e que abre espaço para um novo “*regime de verdades*” baseado em crenças/valores, e não em evidências.

Referências

AZEVEDO, F. *et al.* **O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/MEC, 1932.

BIZERRIL, M. X. A. O processo de expansão e interiorização das universidades federais brasileiras e seus desdobramentos. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 13, n. 32, 2020.

BRASIL, M. do P. e O. **Manual Técnico do Orçamento**. 7. ed. Brasília-DF: Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF, 2024. v. 1 Disponível em: <https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/lib/exe/fetch.php/mto2024:mto2024.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2025.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organisational Analysis**. London: Routledge, 2017. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9781351899154>. Acesso em: 13 fev. 2024.

CALDERÓN, A. I.; POLTRONIERI, H.; BORGES, R. M. Os rankings na educação superior brasileira: políticas de governo ou de estado?. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 19, n. 73, p. 813-826, 2011.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

FERNANDES, A. C. D. S. Brazilian Social And Economic Development Depends On Science. **Brazilian Journal of Medicine and Human Health**, v. 5, n. 3, p. 88-89, 2017.

GRUPO GLOBO, J. Protestos e paralisações contra cortes na educação ocorrem em todos os estados e no DF. **G1 - Educação**, Rio de Janeiro, 15 maio 2019. Educação. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/cidades-brasileiras-tem-atos-contra-bloqueios-na-educacao.ghtml>. Acesso em: 28 jun. 2024.

HÖFLING, E. D. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública: seus ciclos e subsistemas uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

¹⁰ O vídeo completo do Painel *Percepção Pública da Ciência: Sociedade Fala e a importância da escuta para a proposição de Políticas Públicas*, patrocinado pelo Centro de Estudos SoU_Ciência, está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2d2H9L8TGho>. Acesso em: 02 jul. 2024.

MARTUSCELLI, D. E. Polêmicas sobre a Definição do Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado. **Revista estudos e pesquisas sobre as américas**, v. 14, n. 2, p. 36, 2020.

MEDEIROS, M. **Os ricos e os pobres: o Brasil e a desigualdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

OECD. **Education at a Glance 2023**: OECD Indicators. OECD, 2023. (Education at a Glance). Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2023_e13bef63-en. Acesso em: 22 nov. 2023.

PETRENKO, O. How Universities Determine Economic Development in 27 EU Member States. **ACC Journal**, v. 28, n. 2, p. 106-121, 2022.

SAUNDERS, M. N. K.; LEWIS, P.; THORNILL, A. **Research methods for business students**. 5. ed. Harlow: Pearson Education, 2009.

SEMENOVA, G. N. *et al.* The infrastructural role of education in the social and investment model of economic growth: the specifics of emerging markets. **Frontiers in Education**, v. 8, p. 1154147, 2023.

SOU_CIÊNCIA. Boletim do Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência. **Painel: Financiamento da Ciência e Tecnologia e da Educação Superior Pública**. São Paulo: UNIFESP, 2022. Disponível em: <https://souciencia.unifesp.br/fctesp>. Acesso em: 30 jun. 2025.

SOU_CIÊNCIA. Boletim do Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência. **Assistência aos estudantes da educação superior pública brasileira: uma política necessária**. São Paulo, SP: UNIFESP, 2023a.

SOU_CIÊNCIA. Boletim do Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência. **Os investimentos em infraestrutura e o futuro da educação superior pública federal no Brasil**. São Paulo: UNIFESP, 2023b.

VIZEU, R. **Os presidentes: a história dos que mandaram e desmandaram no Brasil, de Deodoro a Bolsonaro**. Rio de Janeiro, Brazil: Harper Collins, 2019.

VODENKO, K. V. Social and Investment Activities of University as a Subject of the Socioeconomic System in the Context of Provision of National Security. In: POPKOVA, E. G.; VODENKO, K. V. (Org.). **Public Administration and Regional Management in Russia**. Cham: Springer International Publishing, 2020. (Contributions to Economics). p. 299-309. Disponível em: https://link.springer.com/10.1007/978-3-030-38497-5_34. Acesso em: 30 jun. 2024.

Weber Tavares da Silva Junior é graduado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PCU -GO), especialista em Gestão da Produção e Operações e mestre pela UFG. Atualmente é aluno de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Goiás (PPGAdm/UFG) onde estuda modelos de financiamento da educação. É professor do Instituto Federal de Goiás (IFG), onde ministra componentes curriculares vinculados à área de Administração para cursos técnicos, cursos de graduação e cursos de pós-graduação.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0547-4542>

E-mail: weber.junior@ifg.edu.br

Maria Angélica Pedra Minhoto é Professora Associada da Universidade Federal de São Paulo, coordenadora do Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência - SoU_Ciência. Tem se dedicado recentemente aos estudos sobre as Políticas para Educação Superior, Ciência e Tecnologia e seus Financiamentos. Possui experiência na área de Educação, com ênfase em Avaliação de Políticas, Sistemas e Instituições Educacionais, atuando nos temas de política educacional e sistemas de avaliação.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8872-493X>

E-mail: mminhoto@unifesp.br

Soraya Soubhi Smaili é Professora Titular e Livre-Docente da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), com pós-doutorados na Thomas Jefferson University e no National Institutes of Health (NIH), EUA. Foi coordenadora de Pós-Graduação (2006-2012), reitora da Unifesp por dois mandatos, 2013-2017 e 2017-2021 e uma das idealizadoras da Cátedra Edward Saïd da Unifesp. Conselheira da Fundação Conrado Wessel. Coordena o Centro Sociedade, Universidade e Ciência (SOU_CIENCIA) e o Centro de Saúde Global (CSG). Eleita vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) para o biênio 2025-27.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5844-1368>

E-mail: ssmaili@unifesp.br

Recebido em 09 de julho de 2024

Aprovado em 07 de março de 2025

Editora responsável: Theresa Adrião

